

35 realizadas as reuniões necessárias para a organização do mesmo, tendo inclusive o Sr.
36 Luiz Henrique Noquelli participado de uma reunião para definição dos aspectos técnicos
37 do encontro em Foz do Iguaçu em abril. Colocou ainda aos conselheiros que a Minuta de
38 Lei Complementar aprovado pelo CEHIDRO que tratava da recriação do Fundo Estadual
39 de Recursos Hídricos encontra-se com o Secretario de Estado do Meio Ambiente, o qual
40 solicitou à Secretaria Executiva que fizesse um parecer sobre o mesmo, o qual esta em
41 processo de elaboração. Informou aos conselheiros que foi publicada a Resolução nº
42 135/2012 do CNRH que trata das prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos
43 para o quadriênio 2012/2015. O Secretario Executivo colocou então que, como membro
44 da ABAS, sabe da necessidade de capacitação dos técnicos para atender as demandas
45 da outorga, e destacou que serão realizados dois eventos importantes pela ABAS, sendo
46 um deles o XVII Congresso Nacional de Águas Subterrâneas, de 23 a 26 de outubro em
47 Bonito-MS e o Seminário Internacional de Recarga de Aquíferos, em Belo Horizonte de 11
48 a 15 de julho, destacando que este ultimo trata de um tema novo no país e com grande
49 destaque internacional. Dando continuidade a pauta, passou à apreciação da proposta de
50 alteração da Lei 6.945/97, sendo ponderado pela Secretária do CEHIDRO que ficaram
51 pendentes de apreciação o Título III – Das Infrações e Penalidades, do artigo 33 a 41. A
52 Secretaria do CEHIDRO procedeu a leitura dos artigos. O conselheiro Leopoldo Castro
53 colocou que os incisos III e V do artigo 34 estão redundantes, ao que o conselheiro Jair
54 de Freitas ponderou que são coisas distintas. Colocou-se em votação a manutenção do
55 texto como encontra-se escrito, o que foi aprovado pelos conselheiros. O conselheiro
56 Jesse Barros colocou que não identificou nenhuma infração relacionada a necessidade de
57 ser feito o projeto por técnico habilitado, ao que a Secretaria do CEHIDRO colocou que
58 esta é uma exigência constante nos roteiros de outorga e que esta se discutindo as
59 infrações relacionadas a política de recursos hídricos, não sendo o caso se colocar isto
60 como infração. O Secretario Executivo leu as duas propostas apresentadas pela
61 conselheira Alessandra Panizi para o artigo 37, ao que a conselheira Vera Lopes
62 ponderou que a redação apresentada equipara a notificação com a advertência, porem
63 estes são procedimentos distintos, sendo complementado pelo conselheiro Jair de Freitas
64 que no DNPM quando se tem um caso passível de cassação de título, inicialmente se dá
65 uma advertência, depois se aplica uma multa e somente depois que se abre o processo
66 de cassação do título. A conselheira Vera Lopes colocou que a advertência deve ser dada
67 na aplicação da multa, enquanto a notificação não. O conselheiro Jesse Barros colocou
68 que nas fiscalizações normalmente se notifica com prazos e orientações e somente

69 depois, caso as exigências não sejam cumpridas, que se aplica a multa. A conselheira
70 Ribenildes Carla ponderou que o CONSEMA faz uma gradação, sendo interessante
71 unificar assim como a forma de valoração, em UPF, sugestão que foi colocada em
72 votação e aprovado. O Conselheiro Jair de Freitas colocou que a diferenciação em
73 embargo temporário e embargo definitivo é interessante, ao que o conselheiro Jesse
74 Arruda colocou achar necessário colocar uma limitação de tempo, ao que o conselheiro
75 Marcio Gonçalves ponderou que não há necessidade desta limitação pois o próprio
76 empreendedor tem o interesse em buscar o desembargo, o que foi aprovado pelos
77 conselheiros. A Secretaria do CEHIDRO colocou aos conselheiros que o Artigo 37 possui
78 duas opções de caput enviadas pela conselheira Alessandra Panizi, colocando em
79 votação as propostas de caput sendo aprovada pelos conselheiros o texto “Art. 37. Por
80 infração de qualquer disposição legal ou regulamentar referentes à execução de obras e
81 serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou
82 administração do Estado, ou pelo não atendimento das solicitações feitas, o infrator, a
83 critério da autoridade competente, ficará sujeito às seguintes penalidades,
84 independentemente de sua ordem de enumeração.” Colocou em seguida em votação o
85 texto dos Incisos I e II do Artigo 37, com as alterações propostas, tendo sido aprovado o
86 seguinte texto “I – advertência, por escrito, na qual ficarão estabelecidos prazos para
87 correção das irregularidades; II – multa, simples ou diária, proporcional à gravidade
88 da infração, de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais)”, com a solicitação
89 que fosse encaminhado a conselheira Alessandra Panizi o Inciso I para a verificação da
90 retirada da notificação e que os valores a serem colocados no Inciso II serão em UPF e
91 discutidos posteriormente, a partir de uma comparação com os valores aplicados
92 atualmente na legislação ambiental estadual, o que foi aprovado por unanimidade. Dando
93 continuidade, foram aprovados o § 1º e 2º, sendo sugerido pelo Sr. Fernando Avarez que
94 fosse acrescentando o termo “por resolução do CEHIDRO” no texto do § 3º, o que foi
95 aprovado pelos conselheiros ficando o texto final “§ 3º Para a aplicação do disposto no
96 inciso II, o órgão ou entidade ambiental estabelecerá por meio de resolução do CEHIDRO
97 critérios complementares para o agravamento e atenuação das sanções administrativas.”
98 A Secretaria do CEHIDRO continuou a leitura dos artigos, sendo solicitado pelo Secretario
99 Executivo que fosse retirado o termo “corpos d’água” do § 1º do Art. 41, alegando que
100 este termo não abrange águas subterrâneas, o que foi aprovado pelos conselheiros
101 ficando a redação final do parágrafo “§ 1º Os procedimentos acerca das atividades de
102 fiscalização do uso de Recursos Hídricos de domínio do Estado, serão regulamentados

103 por Resolução do CEHIDRO.” Terminada a apreciação da minuta, a Secretária do
104 CEHIDRO colocou que o texto com as alterações será encaminhado para a conselheira
105 Alessandra Panizi para análise, sendo solicitado pelo conselheiro Bruno Mees que sejam
106 apresentados exemplos concretos de cada tipo de infração, ao que o conselheiro Jesse
107 Arruda complementou que nestes fossem apresentados os valores em UPF e em reais. O
108 conselheiro Ingo Degenhard colocou que é importante que não sejam valores impossível
109 de se pagar, senão todos os empreendimentos que receberem um auto de infração
110 entrarão com recurso administrativo, e não é essa a idéia. O Secretario Executivo colocou
111 que será convidado um técnico da fiscalização da SEMA para ajudar a amadurecer as
112 idéias apresentadas. Nada mais a ser dito, o Secretário Executivo agradeceu a todos pela
113 presença e encerrou a reunião às 11h 05min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei
114 esta ATA que será assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho
115 Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

116
117
118 _____
119 VICENTE FALCÃO DE ARRUDA FILHO
120 Presidente do CEHIDRO

121
122
123
124 _____
125 NÉDIO CARLOS PINHEIRO
126 Secretário Executivo do CEHIDRO em
127 substituição

128
129 * Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 18/07/2012.

130 ** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.

131